

# Política de Privacidade

## I. Introdução e Considerações Gerais

A AECLC – Associação Empresarial para a Cooperação entre a Lusoesfera e a China valoriza a confiança dos seus associados, parceiros, colaboradores, fornecedores e restantes *stakeholders* e tem presente, em todas as atividades que desenvolve, o respeito pela privacidade e pela proteção dos respetivos dados pessoais.

Pela presente Política de Privacidade, a AECLC pretende tornar transparente o enquadramento e as condições do tratamento dos dados pessoais da sua responsabilidade e, desta forma, manter o seu compromisso com o cumprimento escrupuloso da legislação aplicável nesta matéria.

Neste contexto, a AECLC cumpre a legislação nacional e da União Europeia aplicável ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade, incluindo:

- a. A Lei n.º 67/98, de 26 de outubro – Lei de Proteção de Dados Pessoais (“LDP”), atualmente em vigor;
- b. Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto (com as alterações introduzidas pela lei n.º 46/2012, de 29 de agosto), relativa ao tratamento de dados pessoais e proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas, atualmente em vigor; e
- c. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, já publicado e diretamente aplicável em todos países da UE a partir de maio 2018).

A AECLC observa ainda os normativos de natureza infralegal e quaisquer outros instrumentos de natureza administrativa que lhe sejam aplicáveis.

A AECLC, através da presente Política de Privacidade, objetiva dar a conhecer aos titulares dos dados o modo e os termos do tratamento dos seus dados pessoais, designadamente através da comunicação:

- a. da identidade e contactos do responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais;
- b. das categorias de dados que são tratados, do fundamento de licitude e finalidades desse tratamento, do modo como esse tratamento é feito e da duração do mesmo;
- c. dos direitos do titular dos dados no âmbito do tratamento dos seus dados pessoais; e
- d. do modo como é protegida a sua informação pessoal.

Neste sentido, recomenda-se a leitura da presente Política de Privacidade, bem como das restantes condições que possam existir relativamente a cada produto ou serviço fornecido pela AECLC.

A qualquer momento a presente Política de Privacidade poderá, a todo o momento, ser objeto de alteração ou revisão, sendo quaisquer alterações ou revisões devidamente divulgadas e comunicadas em [www.aeclc.net](http://www.aeclc.net).

## II. Política de Privacidade de Dados Pessoais da AECLC

### 1. Conceitos Relevantes

- a. Associado - pessoa singular ou coletiva que se identifique com o objeto da AECLC, isto é, com a promoção do intercâmbio económico, cultural, social e desportivo, entre empresas e profissionais pertencentes ao espaço da diáspora portuguesa e chinesa.
- b. Autoridade de Controlo - autoridade pública independente que, em cada país, seja responsável pela fiscalização da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (“RGPD”), a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao tratamento dos seus dados pessoais e facilitar a livre circulação dos mesmos no mundo. Em Portugal, a Autoridade de Controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”).
- c. Categorias de Dados Pessoais - a AECLC procede ao tratamento das categorias de Dados Pessoais identificadas em [www.aecl.net](http://www.aecl.net).
- d. Categorias Especiais de Dados - Dados Pessoais que revelem a origem racial ou étnica, as opiniões políticas, as convicções religiosas ou filosóficas, ou a filiação sindical, bem como dados genéticos, dados biométricos, dados relativos à saúde ou dados relativos à vida sexual ou orientação sexual de uma pessoa. A AECLC procede ao tratamento das categorias especiais de dados identificadas em [www.aecl.net](http://www.aecl.net).
- e. Dados Pessoais - qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.
- f. Destinatários dos Dados - entidades que tratam os dados por conta da AECLC (subcontratantes), outras entidades a quem os dados possam ser legitimamente comunicados por iniciativa da AECLC ou entidades a quem os dados tenham de ser comunicados por força de obrigação jurídica à qual a AECLC se encontre vinculada (por exemplo, Autoridade Tributária).
- g. Responsável pelo Tratamento - pessoa singular ou coletiva que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais ou a AECLC.
- h. Titular dos Dados - pessoa singular identificada ou identificável, sendo considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador (como, por exemplo, um nome, um número de identificação, dados de localização ou identificadores por via eletrónica) ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular. No caso, serão titulares dos dados, os associados, parceiros, colaboradores, fornecedores, *stakeholders* e todas as outras pessoas singulares cujos dados pessoais sejam tratados pela AECLC.
- i. Subcontratante - pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que trata os dados pessoais dos titulares por conta da AECLC (responsável pelo tratamento).

## 2. Âmbito de Aplicação

A Política de Privacidade de Dados Pessoais aplica-se:

- a. aos Associados da AECLC;
- b. aos Colaboradores da AECLC;
- c. aos Fornecedores com aos quais a AECLC se relaciona, e
- d. a todas as outras entidades que, enquanto subcontratantes, venham a ter acesso a dados pessoais facultados pela AECLC no âmbito da prestação de serviços contratada.

## 3. Princípios gerais subjacentes ao Tratamento de Dados Pessoais

- a. Os dados pessoais recolhidos pela AECLC são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente.
- b. Os dados pessoais são recolhidos pela AECLC para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não sendo posteriormente tratados de uma forma incompatível com essas finalidades.
- c. A AECLC recolhe, trata e armazena somente os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.
- d. A AECLC apenas procede ao tratamento de dados no domínio das suas atribuições.
- e. A AECLC adota medidas adequadas para garantir que os dados pessoais que não sejam exatos, tendo em conta as finalidades do tratamento, sejam apagados ou retificados sem demora.
- f. Os dados pessoais apenas serão conservados pela AECLC, de uma forma que permita a identificação dos Titulares dos Dados, durante o período que for necessário à prossecução das finalidades do tratamento.

## 4. Acesso a Dados Pessoais e Confidencialidade

- a. O acesso aos dados pessoais recolhidos pela AECLC é restrito ao que for estritamente necessário para as finalidades definidas e, bem assim, para o exercício das funções dos Colaboradores da AECLC.
- b. Todos os Colaboradores da AECLC estão obrigados por via contratual a deveres de confidencialidade, que incluem, entre o mais, a não divulgação da informação relativa aos Titulares dos Dados.

## 5. Finalidades do Tratamento, Fonte de Licitude e Prazos de Conservação

No site da AECLC, localizado em [www.aeclc.net](http://www.aeclc.net), encontra-se uma tabela com a descrição das principais finalidades de tratamento dos dados que poderão ser realizados pela AECLC, bem como o fundamento para esse tratamento e a sua respetiva duração.

## 6. Dados Pessoais de Menores

Nos casos em que seja necessário recolher dados pessoais de menores, a AECLC informará os titulares das respetivas responsabilidades parentais e, se aplicável, obterá o respetivo consentimento, assegurando a utilização dos meios técnicos, suportes procedimentais e estruturas organizativas adequadas, com o objetivo de salvaguardar o acesso e tratamento desses dados.

## 7. Categorias Especiais de Dados

Nos casos em que sejam tratadas Categorias Especiais de Dados, a AECLC informará o Titular dos Dados dessa circunstância e assegurará a utilização dos meios técnicos e suportes procedimentais e organizativos adequados, com o objetivo de salvaguardar o acesso e tratamento desses dados.

## 8. Direitos dos Titulares dos Dados

### a. Direito de acesso

O Titular dos Dados tem o direito de acesso aos seus dados. Tal significa que o Titular dos Dados tem o direito de obter da AECLC a confirmação de que os dados pessoais que lhes digam respeito são ou não objeto de tratamento, o direito de aceder aos seus dados pessoais, o direito de obter cópia dos seus dados pessoais e direito de obter as seguintes informações sobre os seus dados pessoais e o respetivo tratamento:

- As finalidades do tratamento dos dados;
- As categorias dos dados pessoais em questão;
- Os destinatários ou categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, nomeadamente os destinatários estabelecidos em países terceiros ou pertencentes a organizações internacionais;
- Se for possível, o prazo previsto de conservação dos dados pessoais, ou, se não for possível, os critérios usados para fixar esse prazo;
- A existência do direito de solicitar ao responsável pelo tratamento a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos dados pessoais no que diz respeito ao Titular dos Dados, ou do direito de se opor a esse tratamento;
- O direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;
- Se os dados não tiverem sido recolhidos junto do titular, as informações disponíveis sobre a origem desses dados.

### b. Direito de retificação

O Titular dos Dados tem o direito de solicitar à AECLC a retificação dos seus Dados Pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que se acrescente outros dados, caso os Dados Pessoais tratados pela AECLC se revelem incompletos.

### c. Direito de eliminação

1. O Titular dos Dados tem o direito a solicitar a eliminação dos seus Dados Pessoais, procedendo a AECLC a esta eliminação sem demora injustificada:
  - quando os dados pessoais deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
  - quando os dados pessoais sejam tratados ilicitamente;
  - quando o Titular dos Dados exerça o direito de retirada de consentimento e o tratamento se fundamente nessa fonte de licitude;
  - quando o Titular dos Dados se oponha ao tratamento e não existam interesses legítimos prevalecentes que justifiquem a continuação do tratamento.
2. O exercício do direito de eliminação comporta algumas exceções que impedem que a AECLC elimine os dados pessoais do Titular dos Dados, incluindo quando o tratamento dos dados seja necessário ao cumprimento de obrigação legal ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

d. Direito à limitação

1. O Titular dos Dados tem o direito de solicitar à AECLC a limitação dos tratamentos dos seus dados pessoais, nos termos da legislação aplicável.
2. A limitação pode ser solicitada nas seguintes circunstâncias:
  - quando o Titular dos Dados contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período que permita à AECLC verificar a sua exatidão;
  - quando o tratamento for ilícito e o Titular dos Dados se opuser ao seu apagamento, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
  - quando a AECLC já não precisar dos dados para prossecução da finalidade para a qual estavam a ser tratados, mas o Titular dos Dados pretender que os mesmos sejam conservados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; e
  - quando o Titular dos Dados tiver exercido o seu direito de oposição ao tratamento, até se verificar se os motivos legítimos que fundamentam a continuação do tratamento por parte da AECLC deverão prevalecer sobre os interesses, direitos e liberdades do Titular dos Dados.

e. Direito à portabilidade

1. O Titular dos Dados tem o direito à portabilidade dos dados que lhes digam respeito e que tenha fornecido à AECLC quando esses dados tiverem sido tratados com meios automatizados e quando o tratamento se basear no respetivo consentimento ou na execução de um contrato celebrado com a AECLC.
2. O direito à portabilidade comporta o direito de o Titular dos Dados receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à AECLC, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de solicitar a transmissão desses dados a outro responsável pelo tratamento.

f. Direito de oposição

1. O Titular dos Dados tem o direito de se opor, a qualquer momento, a um tratamento realizado pela AECLC quando o tratamento for realizado:
  - com fundamento num interesse legítimo da AECLC; ou
  - para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos.
2. Uma vez exercido o direito de oposição, a AECLC cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que se verifiquem razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do Titular dos Dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.
3. Nos casos em que o tratamento realizado com fundamento em interesse legítimo da AECLC tenha como finalidade o envio de comunicações de *marketing* direto, o exercício do direito de oposição deverá determinar a cessação do tratamento dos dados para esse fim.

g. Direito de retirar o consentimento

Nos casos em que o tratamento seja realizado com fundamento no consentimento do Titular dos Dados, este poderá a todo o tempo retirar o consentimento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento anteriormente prestado.

h. Direito de reclamação

O Titular dos Dados poderá apresentar reclamações sobre o modo como os seus dados pessoais são tratados ao Encarregado da Proteção de Dados, se nomeado nos Política de Privacidade da AECLC termos do ponto 13 *infra*, que poderá ser contactado através dos seus contactos, disponíveis em [www.aeclc.net](http://www.aeclc.net), e à Autoridade de Controlo.

## 9. Procedimento para o Exercício de Direitos pelos Titulares dos Dados

Os titulares dos dados poderão exercer os seus direitos por uma das seguintes formas colocadas ao seu dispor:

- Por email, para o endereço [info@aeclc.pt](mailto:info@aeclc.pt).
- Mediante pedido escrito, por carta enviada para a morada Rua Dr. João Matos Bilhau, nº18-1ºDtº, 2520-451 Peniche, Portugal.

## 10. Responsabilidade dos Titulares de Dados

- a. Os Titulares dos Dados são responsáveis por prestar informações fidedignas à AECLC.
- b. Os Titulares dos Dados são também responsáveis por utilizar os serviços e produtos da AECLC com respeito pelas regras de segurança da informação e deverão respeitar sempre os dados pessoais de terceiros, incluindo outros utilizadores dos serviços e produtos fornecidos pela AECLC.

## 11. Medidas técnicas e organizativas de Segurança

Para assegurar a privacidade de dados pessoais e o cumprimento do RGPD, a AECLC definiu e implementou um conjunto de regras aplicáveis a todos aqueles que acedem, por via legal ou contratual, aos dados pessoais, e que têm como finalidade assegurar a sua efetiva proteção, nomeadamente com vista a evitar violações de dados pessoais que provoquem, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

## 12. Subcontratação

- a. Em determinadas situações, a AECLC poderá subcontratar empresas ou prestadores de serviços para tratar dados pessoais em seu nome.
- b. Quaisquer subcontratantes que venham a ter acesso a Dados Pessoais recolhidos pela AECLC, mesmo que apenas para fins de armazenamento, encontrar-se-ão contratual e legalmente vinculados ao cumprimento das condições de segurança garantidos pela AECLC, nos termos do RGPD e de outra legislação aplicável.
- c. Os Subcontratantes devem cumprir as obrigações relativas ao tratamento dos dados pessoais que lhe forem aplicáveis por força do RGPD, tendo em conta a específica natureza da subcontratação, em particular no que respeita à segurança da informação.

## 13. Encarregado de Proteção de Dados Pessoais

- a. A AECLC poderá nomear um encarregado da proteção de dados, ainda que não haja obrigação legal ou regulamentar, com o objetivo de prestar garantias suplementares de segurança aos titulares dos dados pessoais e de ficar alinhada com as práticas de organizações de referência.

- b. Caso a AECLC venha a nomear um encarregado da proteção de dados pessoais, publicitará os respetivos dados de contacto em [www.aeclc.net](http://www.aeclc.net).

#### **14. Violação de Dados Pessoais**

- a. Na eventualidade de existir uma violação dos dados pessoais, e caso tal violação seja suscetível de implicar um risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a AECLC notificará a autoridade de controlo competente no mais curto espaço de tempo possível, o qual nunca poderá exceder o prazo de 72 (setenta e duas) horas após ter tido conhecimento da mesma.
- b. Caso a violação referida no ponto 14.a. *supra* seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, a AECLC comunicará também a violação de dados pessoais ao respetivo Titular dos Dados, sem demora injustificada.